

A produção da diversidade sexual na trama discursiva: programa brasil sem homofobia

Renata Silva Pamplona

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade
Federal de São Carlos, Brasil
renascersempre@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os diferentes discursos presentes nos arquivos/documentos que constituem o *Programa Brasil Sem Homofobia*, lançado em maio de 2004, pela *Secretaria Especial de Direitos Humanos* do Governo Federal brasileiro. Esse é um Programa de combate à violência e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros (LGBTTT) e promoção da cidadania homossexual. O problema central desta pesquisa se constitui a partir da consideração de que os discursos engendrados para a construção do *Programa Brasil Sem Homofobia* podem conter uma perspectiva da produção das diferenças ou da diversidade sexual pautada a partir do padrão heteronormativo. Essa investigação orienta-se pela hipótese de que na constituição desse Programa, a produção das diferenças vincula-se ao padrão heteronormativo a partir da ideia de tolerância e respeito ao outro. As implicações dessa pesquisa se evidenciam por dois principais aspectos. Primeiro, ainda prevalece a necessidade de combate às práticas discriminatórias e homofóbicas endereçadas às pessoas LGBTTT, particularmente no cenário escolar. Segundo, diante das estratégias de legitimação da heterossexualidade, há que se traçar rotas de fugas que busquem desconstruir tais táticas. Como opção metodológica, trabalhar-se-á com a arqueogenealogia foucaultiana, uma vez que essa produção discursiva se insere numa ordem de saber e poder. Nesse sentido, partilha-se do entendimento de que o discurso é complexo, transitório, móvel, marcado pelas relações históricas e práticas que estão vivas no próprio discurso.

Palavras-chave: programa Brasil sem homofobia; diversidade sexual; tolerância; normalização das diferenças.

Abstract

This research aims to analyze the different discourses present in the files and documents that form the Brazil Without Homophobia Program, launched in May 2004 by Special Secretariat for Human Rights of the Brazilian Federal Government. This is a program to fight violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, travesties, transsexual, and transgender people (LGBTTT) and to promote homosexual citizenship. The central problem of this research is founded upon the consideration that the engendered discourses for the construction of the Brazil Without Homophobia Program may contain a perspective on the production of differences or of sexual diversity based on the heteronormative standard. This research is guided by the hypothesis in which the constitution of this program and the production of differences are linked to the heteronormative standard from the idea of tolerance and respect for others. The implications of this research are evident from two main aspects. First, the need to combat discriminatory and homophobic practices addressed to LGBTTT people, particularly in school settings still prevails. Second, given the strategies of heterosexuality legitimation it is necessary to trace escape routes that seek to deconstruct such tactics. As a methodological option we will work with Arqueogenealogy Foucaultian, given this discursive production falls into the domain of knowledge and power. In this sense, it is understood that the discourse is complex, transient, mobile, and marked by historical relationships and practices that are actually alive within the discourse itself.

Keywords: Brazil without homophobia program; sexual diversity; tolerance; normalization of differences.

Apresentação

Este artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa de doutoramento:¹ *A produção da diversidade sexual na trama discursiva: programa Brasil sem homofobia*. Nesse sentido, buscaremos discorrer sobre os elementos centrais que compõem o projeto em questão.

- O *Brasil Sem Homofobia* é um programa de combate à violência e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e promoção da cidadania homossexual, implantado pelo Governo Federal em maio de 2004, com a participação direta de representantes do segmento LGBTTT.
- Esse programa, lançado pela *Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal*, constitui-se como um marco histórico nas lutas e reivindicações de gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, pois se expressa entre as primeiras efetivações em defesa desses sujeitos privados de exercerem direitos políticos, sociais e legais. Para atingir seus propósitos, o Programa é constituído de diferentes ações voltadas para:

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;

b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;

c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e

d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (Brasil, 2004, p. 11).

- Essas ações preveem a atuação em 11 frentes principais, que são: I- Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais, II- Legislação e Justiça, III- Cooperação Internacional, IV- Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade, V- Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual, VI- Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários, VII- Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual, VIII- Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana, IX- Política para a Juventude, X- Política para as Mulheres, XI- Política contra o Racismo e a Homofobia.
- De acordo com a própria apresentação do *Programa Brasil Sem Homofobia*, esse é bastante abrangente e envolve para sua implantação o setor público, o setor privado e a sociedade brasileira como um todo. Segundo o documento do Programa:

Apesar de o Programa ter a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como órgão responsável pela sua articulação, implantação e avaliação, a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania de gays, lésbicas e transgêneros se estende a todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, assim como ao conjunto da sociedade brasileira (Brasil, 2004, p. 27).

¹ Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, sob orientação do professor Dr. Nilson Fernandes Dinis.

- No Programa há o envolvimento de Ministérios e Secretarias do Governo Federal que:

... além de serem co-autores na implantação de suas ações, assumem o compromisso de estabelecer e manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais, garantindo, assim, a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade, de combate à homofobia e de mudança de comportamento da sociedade brasileira em relação aos gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais (Brasil, 2004, p. 27).

- As elucidações apresentadas no documento oficial: “Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual” (Brasil, 2004, p.2), expressam enfaticamente a necessidade de combate à homofobia e os diferentes tipos de discriminação sofrida por pessoas LGBTTT. Mas, ao mesmo tempo, vários dos delineamentos ali presentes despertam questionamentos e apontam para a necessidade de análises. Afinal, “as desigualdades só poderão ser percebidas – e desestabilizadas e subvertidas – na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução” (Louro, 2003, p.121).
- Os discursos presentes no seguinte enunciado: “Com esse novo Programa, o governo brasileiro dá um passo crucial no sentido da construção de uma verdadeira cultura de paz” (Brasil, 2004, p.14), são bastante instigantes. Afinal, o que seria essa “verdadeira cultura de paz”? E, o que se pretende produzir com tal discurso? E, quais relações de poder aí se estabelecem e arquetam saberes e verdades?

Objetivo geral

O objetivo central dessa pesquisa consiste em analisar se os discursos presentes na construção do *Programa Brasil Sem Homofobia* contêm uma perspectiva de produção das diferenças ou da diversidade sexual pautada segundo um padrão heteronormativo.

Objetivos específicos:

- Analisar quais discursos possibilitaram o processo de engendramento e efetivação do *Programa Brasil Sem Homofobia*.
- Investigar como se estruturam os jogos de poder e saber que perpassam no interior do Programa, mesmo aqueles que não são facilmente identificáveis na trama do próprio discurso.
- Identificar quais escolhas, ações, metas, decisões, resultaram e resultam em produtos destinados às comunidades escolares brasileiras.
- Investigar quais projetos e metas têm sido efetivados e quais indeferidos ou barrados pelo próprio Programa, a exemplo do material educativo *kit anti-homofobia*.
- Verificar as possíveis relações produzidas entre a constituição do *Programa Brasil Sem Homofobia*, a dimensão histórica da diversidade sexual no Brasil e as diretrizes previstas para o exercício das práticas pedagógicas direcionadas às diversidades sexuais nas instituições escolares públicas.

Problema de pesquisa

O problema central desta pesquisa se constitui a partir da consideração de que os discursos arquitetados para a construção do *Programa Brasil Sem Homofobia* podem conter uma perspectiva de produção das diferenças ou da diversidade sexual pautada segundo um padrão heteronormativo. Pois, se existe essa referência, certamente há também uma compreensão das diferenças sexuais decorrente da prerrogativa da tolerância do outro, do estranho. Se essa noção de *suportar* ou *tolerar* o outro transitar no rol dos documentos que compõem o *Programa Brasil Sem Homofobia*, entende-se que esse é um discurso que sustenta um padrão da heteronormatividade e, assim, aponta uma importante questão a ser investigada, desenredada, esmiuçada. Compreende-se que somente por meio de uma analítica das relações de poder e saber é possível interrogar pelos discursos que envolvem e produz esse Programa, em tese substancialmente destinado a combater a homofobia e oportunizar a garantia de direitos e cidadania das pessoas LGBTTT, em especial no âmbito da Educação.

A questão norteadora dessa pesquisa pode ser traduzida da seguinte forma: em que medida os discursos que transitam nos documentos, ou *corpus* de material empírico que compõe os arquivos do *Programa Brasil Sem Homofobia*, implica a produção das diferenças sexuais a partir de um padrão heteronormativo?

Justificativa e fundamentação

- Ao realizar a leitura do documento oficial de apresentação do *Programa Brasil Sem Homofobia* é possível destacar vários enunciados que intimamente se relacionam com a hipótese conjecturada nesta pesquisa. Conforme evidencia o seguinte fragmento:

Finalmente, o presente Programa [...] sinaliza, de modo claro, à sociedade brasileira que, enquanto existirem cidadãos cujos direitos fundamentais não sejam respeitados por razões relativas à discriminação por: orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira seja justa, igualitária, democrática e tolerante (Brasil, 2004, p.14).

- A presença do discurso: **Respeito e Tolerância**, que circula enfaticamente ao final da introdução desse documento oficial, oferece certa visibilidade para a necessidade de esmiuçar os desdobramentos dessas muitas linhas discursivas que parecem se multiplicar em diferentes estratégias de captura de corpos, produções de subjetividade, governamentalidade. O que remete às considerações de Foucault, ao afirmar que:

O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (2010, p. 112).

- É no encaço desse instável e complexo jogo de poder que se busca recortar os múltiplos discursos produzidos, ora em favor de tolerâncias obscuras, ora por meio do silêncio instalado. O veto ao material educativo *kit anti-homofobia* pode ser tomado como exemplo desse trânsito entre

o silêncio instalado no interior do *Programa Brasil Sem Homofobia* e as tolerâncias anunciadas. O veto ao material configura-se, em parte, em uma divergência com as diretrizes traçadas pelo Programa e marca a complexidade de questões que necessitam ser investigadas.

- A proposta de realizar uma pesquisa que contemple uma discussão da temática diversidade sexual e sua relação com o contexto educacional é relevante diante da necessidade, ampla e urgente, de combate às práticas discriminatórias e homofóbicas endereçadas às pessoas LGBTTT, especificamente no cenário escolar, assim como a necessidade de desconstruir as estratégias de legitimação da heterossexualidade.
- Entende-se que uma forma de enfrentamento dessa situação é a realização de análises que busquem descrever como o dispositivo da sexualidade² na contemporaneidade se refina e se multiplica em variados outros dispositivos que atuam na captura do corpo, afetos, desejos, prazeres, na fabricação de sujeitos e de suas experiências de vida.
- De acordo com Guacira Lopes Louro (2010) é preciso evidenciar como as identidades de gênero e sexuais são construídas socialmente e reguladas por relações de poder. Opondo-se as elucidações que compreendem a sexualidade como naturalmente dada ou como questão pessoal, pois essa é social e política, aprendida e construída por todos os sujeitos de diferentes formas e ao longo de toda a vida.
- A cultura ocidental ainda persiste em considerar a heterossexualidade como natural, universal e única expressão da sexualidade tida como normal. Nesse viés, Louro aponta que:

Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (2010, p.17).

- Esse entendimento de uma sexualidade universal e hegemônica atribuído à heterossexualidade licencia o exercício de práticas homofóbicas endereçadas às pessoas LGBTTT. Especificamente, nas instituições escolares brasileiras a homofobia ou *bullying homofóbico*, tem resultado:

[...] na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar (Dinis, 2011, p. 42-43).

Vê-se que, mesmo diante de tal cenário, no Brasil as políticas sociais de combate à homofobia são recentes. Elas surgem efetivamente no Governo Lula, entre os anos 2003 e 2010, quando se propõe

² A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (Foucault, 2010, p. 116-117).

políticas públicas, como: a criação do *Programa Brasil Sem Homofobia* e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essa agenda de políticas públicas não se estrutura isoladamente em função de uma ação governamental, antes relaciona-se em larga medida com históricas reivindicações lideradas pelo movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, assim como pelo movimento feminista, que desde os anos de 1960 a 1990 se posicionava contra a ditadura militar, a favor de políticas favoráveis a prevenção da AIDS e assistência aos/as portadores/as do HIV, e dos direitos sociais e legais de pessoas homossexuais. Segundo Richard Miskolci:

Em meio ao processo de redemocratização do país, o então movimento homossexual brasileiro (MHB) conseguiu estabelecer um diálogo com o Estado na criação daquele que talvez seja o melhor programa assistencial de AIDS do mundo, resultando em uma situação invejável por outros contextos nacionais, mas também marcada por cooptação (2011, p.49).

Os estudos acadêmicos sobre as teorias de gênero e sexualidade também oferecem contribuições (com afinidades e tensões) ao movimento LGBTTTT, e somam forças nas reivindicações endereçadas ao Governo Federal para criação de uma agenda contra a homofobia e em favor dos direitos das pessoas homossexuais. Referindo-se ao movimento LGBTTTT, Miskolci afirma que:

Este tornou-se o que é por causa de alianças, diálogos e relações com o Estado e a academia, a maioria deles estabelecidos durante o auge de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Neste contexto, o movimento, originado de forma identitária encontrou apoio nos interesses biopolíticos do Estado e um aliado circunstancial na academia, onde parte dos intelectuais se comprometeram com pesquisas que aliavam a sofisticação das ciências sociais aos objetivos de controle epidemiológico e de saúde (2011, p.51).

Os últimos anos têm-se constituído numa maior visibilidade do movimento LGBTTTT e de algumas conquistas. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o que se configura como avanço. Todavia, a homofobia ainda é acentuada e não raro continua levando pessoas LGBTTTT a abandonarem instituições escolares públicas, ou mesmo levando-as a praticarem o suicídio, conforme aponta Dinis (2011).

Nesse viés, o veto ao material *kit anti-homofobia* constitui-se em um paradoxo frente à demanda que clama por intervenções diante dessas práticas homofóbicas exercidas nas instituições escolares brasileiras. E evidencia as fraturas existentes entre o *Programa Brasil Sem Homofobia* e seus alcances efetivos.

Em outro aspecto, esses avanços devem ser problematizados e colocados em análise, posto que na trama discursiva e na dimensão do exercício de poder nada opera ao acaso. Para Alfredo Veiga-Neto, “Os discursos não estão ancorados ultimamente em nenhum lugar, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (2011, p. 100).

A partir desse entendimento é preciso estar na espreita dessas produções discursivas, buscando desalinhar seus agenciamentos que tecem subjetividades específicas, ou assujeitamentos de *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros. Esses/as muitas vezes são aprisionados/as a modelos fixos e tradicionais da heterossexualidade e de suas vivências. Para Louro:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (2010, p. 25).

A própria constituição do casamento homossexual, ou união estável, embora se apresente como direito social e legal, pode configurar-se como uma armadilha. Uma forma de assujeitamento de outras possibilidades e experiências de vida, pois, a partir da insistente reafirmação e inculcar de um modelo, que em princípio estaria em defesa das diferenças, fabrica-se o próprio desejo, afeto, corpo, das pessoas homossexuais, e de seus relacionamentos. Já que “a feitura do sujeito (subjetivação) se realiza através dos diversos lineamentos que contribuem para a criação de corporeidades e de movimentos desejanter” (Peres, 2011, p.72). Assim, essas conquistas podem posicionar-se em uma linha limítrofe, que ainda atua na manutenção de certo ideal familiar da cultura ocidental, constituída pelo homem branco, cristão, heterossexual e de classe média. Segundo Miskolci “[...] mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas, transferindo a linha da abjeção para quem rompe com as convenções de gênero [...]” (2011, p. 55).

Ao realizar uma análise dos discursos que perpassam os diferentes tipos de documentos produzidos pelo *Programa Brasil Sem Homofobia*, se estará, conforme Fischer (2012), multiplicando as perguntas sobre o que causa inquietação diante de determinado campo de saber e *corpus* empírico. Compreende-se que essa pesquisa alcança um caráter de relevância ao buscar desmantelar o jogo da produção de verdades e subjetividades que possivelmente intenta aprisionar a autenticidade das diferenças sexuais às legitimações heterossexistas e heteronormativas. De acordo com Fischer “palavras e coisas produzem sujeitos, subjetividades, modos de subjetivação” (Fischer, 2012, p. 100).

Metodologia

O convite que o pensamento foucaultiano nos faz é o de imergir nesse ditos que se cristalizam e buscar descrever – tanto no interior das próprias pesquisas já feitas sobre o tema quanto numa nova proposta de estudo empírico – práticas discursivas e práticas não discursivas em jogo; o objetivo é que, de tal modo, possamos fazer aparecer justamente a multiplicidade e a complexidade dos fatos e das coisas ditas, que são, por isso mesmo, raros, no sentido de que não são óbvios, não são naturais, não estão imunes a imprevisibilidades. Expor essas multiplicidades nos permitirá descrever um pouco dos regimes de verdade de uma certa formação histórica e de determinados campos de saber (Fischer, 2012, p. 103).

- Esta pesquisa caracteriza-se metodologicamente em uma análise do discurso a partir da arqueogenealogia foucaultiana, uma vez que esse acontecimento se insere numa ordem de saber e poder. Desse modo, o objeto de estudo eleito - os discursos que circulam nos documentos do *Programa Brasil Sem Homofobia* -, é tomado como um acontecimento discursivo em sua raridade. Não se prioriza aquilo que é o evidente, mas antes, o vazio instalado perante as múltiplas possibilidades das fronteiras discursivas. Assim, caminha-se por entre um emaranhado de linhas e traçados, para então descrevê-las.

- Partilha-se das considerações de Fischer (2012), que indica a partir de Foucault, algumas atitudes metodológicas necessárias ao/a pesquisador/a. Destaca que a primeira atitude deve ser a compreensão de que pesquisas e lutas realizadas, em particular na área das ciências humanas e educação, perpassam sempre o âmbito da linguagem e dessa forma se constituem em lutas discursivas. A segunda atitude “[...] é atentar para a ideia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados, que a rigor são ‘raros’, isto é, não são óbvios, estão para além das ‘coisas dadas’” (Fischer, 2012, p.100). E a terceira considera que fatos e enunciados se referem a práticas discursivas e não discursivas, e essas “[...] constituem a matéria-prima de nossas investigações, (não importa em que campo se concentre) e que dizem respeito sempre a relações de poder e a modos de constituição dos sujeitos individuais e sociais [...]” (idem). Fischer (2012) destaca que a/o pesquisadora/o deve construir uma atitude de entrega a modos de pensamento que estejam preparados para aceitar o inesperado, ainda que esse se contradiga aquilo que pensa a/o pesquisadora/o.
- Compreende-se que o caminho metodológico eleito é orientado fundamentalmente por essas atitudes demandadas pelo eixo teórico foucaultiano. O objeto de estudo se situa na dimensão da linguagem e trata-se então de lutas discursivas, que não são dadas de uma vez por todas, ou evidentes, antes é preciso desconstruir aquilo que se apresenta como natural, essencialista, único e verdadeiro. Assim, percorre-se pelo campo discursivo instalado por meio das práticas discursivas e não discursivas, as quais permitem que complexas relações produzam determinados discursos, situados num tempo e lugar. Discursos que passam a ser considerados como verdadeiros e reguladores de vidas e existências.
- De forma específica, os procedimentos metodológicos podem ser detalhados da seguinte forma. Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão na literatura visando uma mais consistente leitura sobre a literatura foucaultiana, assim como um estudo da produção de teóricos/as e pesquisadores/as que atuam na área de gênero, sexualidade, diversidade sexual, Estudos Culturais e Teoria *queer*. Consequentemente, se espera desconstruir concepções, entendimentos, pensamentos e traçar novos caminhos para uma melhor apreensão do tema e objeto de estudo eleito. Um segundo momento caracteriza-se por uma busca dos diferentes documentos produzidos pelo *Programa Brasil Sem Homofobia*. Entende-se que se fará imprescindível uma ampla pesquisa na Internet, à procura dos documentos disponíveis *on-line*, assim como o contato com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pelo lançamento do Programa, para o possível acesso a outros documentos que não estejam em versão *on-line*. Objetiva-se a partir do encontro e esmiuçar de um arquivo documental, recortar-se um *corpus* de análise. E, de acordo com Fischer (2012), que os “mínimos documentos” possam ser tomados como “verdadeiros monumentos”, permitindo que:

[...] nos defrontemos com coisas ditas e coisas feitas, fatos por vezes surpreendentes, por vezes aparentemente inócuos, mas sempre questionados naquilo que até então tinham de óbvios, e mostrados a partir de saliências, reticências, descontinuidades, acasos históricos (p. 16).

- O terceiro momento consistirá na realização da análise documental recortada anteriormente como *corpus*. Pretende-se assim cartografar os diferentes discursos que engendram e objetivam as diversidades sexuais nesses documentos produzidos pelo *Programa Brasil Sem Homofobia*. Em suma, descrever-se-ão minuciosamente os complexos discursos que transitam nos documentos

de análise, e se relacionam com as práticas discursivas e não discursivas que estão envolvidas na elaboração desses documentos. De acordo com Fischer (2012):

Importa aqui, na perspectiva adotada, que qualquer material empírico escolhido seja estudado na sua multiplicidade de acontecimento. Todo e qualquer documento [...] será tratado na condição de objeto que existe no interior de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas (p. 102).

- Dada a amplitude das 11 frentes principais previstas pelo planejamento de ação do Programa, pretende-se subdividir as análises documentais - a serem realizadas no terceiro momento da pesquisa - em dois eixos principais. O primeiro teria por função analisar os documentos específicos produzidos para contemplar a frente “V- Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual” (Brasil, 2004, p. 22). Espera-se realizar uma análise que se relacione com o contexto educacional, a problemática da homofobia nas instituições escolares e a produção das diferenças sexuais a partir de um padrão heteronormativo. O segundo eixo de análise percorrerá as demais frentes de atuação do Programa, que envolvem categorias como: saúde, trabalho, legislação e justiça, cultura, política para mulheres e juventude, racismo, segurança. Objetiva-se desenredar as tessituras desenhadas por essa multiplicidade discursiva, relacionando-as às possíveis implicações com a especificidade da diversidade sexual no âmbito Educacional.
- A subdivisão em dois eixos principais propõe-se à organização estrutural, ou didática, porém não se pretende isolar os procedimentos de análises, ou os saberes envolvidos, pois esses se encontram fortemente imbricados entre si. Entende-se que compreender a constituição do discurso em determinado campo de saber implica confrontá-lo com outras áreas de saber e com suas produções daí decorrentes.
- As 11 frentes de atuação previstas pelo *Programa Brasil Sem Homofobia* se constituem por tessituras e ramificações diversas. Mas possuem uma mesma maquinaria de produção discursiva, que parece pretender lançar seus pressupostos, suas verdades, a fim de capturar os corpos, as diferenças para a manutenção de um dispositivo da sexualidade e da heteronormatividade.
- Enfim, espera-se caminhar metodologicamente tendo por referência o entendimento de Foucault quando afirma: “Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (Foucault, 2009, p.171).

Bibliografia

- Brasil (2004). Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual: Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em agosto, 2012.
- Dinis, Nilson Fernandes (2011). *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04.pdf> Acesso em Agosto, 2011.
- Fischer, Rosa Maria Bueno (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, Michel (2009). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel (2010). *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

- Louro, Guacira Lopes (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, Guacira Lopes (2010). Pedagogias da sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo horizonte: Autêntica, p. 7-34.
- Miskolci, Richard (2011). Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política. In: Souza, Luiz Antonio Francisco de; Sabatine, Thiago Teixeira; Magalhães, Boris Ribeiro de. (org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica.
- Peres, William Siqueira (2011). Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: Souza, Luiz Antonio Francisco de; Sabatine, Thiago Teixeira; Magalhães, Boris Ribeiro de. (org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica.
- Veiga-Neto, Alfredo (2011). *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.